



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência objetiva regular a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva, corretiva e estética, compreendendo trabalhos de mecânica, elétrica, tapeçaria, funilaria e pintura, com fornecimento e troca de peças em geral, para atender 05 (cinco) embarcações de uso da DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CORUMBÁ, MS.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O processo licitatório será regido pelas disposições dos decretos nº 6.204, de 5 de setembro de 2.007, nº 3.555/2.000 de 08 de agosto de 2.000, do decreto Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, da lei complementar nº.123, de 14 de dezembro de 2.006, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações, Instrução Normativa MARE nº 05, de 21/07/95 e alterações, conforme MARE nº 01 de 17/05/01, bem como de outros regulamentos, posturas e quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, aplicáveis ao serviço contratado, subordinado às condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços consistem na realização da manutenção preventiva e da manutenção corretiva de embarcações a motor – tipo lanchas – de uso da DPF/CRA/MS, conforme a seguir:

3.1.1. Manutenção Preventiva NÍVEL I - Periódica;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

3.1.1.1. Limpeza geral: do convés, dos estofamentos, do porão e do costado com desengraxantes e detergentes próprios;

3.1.1.2. Verificação de navegabilidade e operacionalidade: navegação em marcha lenta, velocidade de cruzeiro e velocidade máxima, teste dos equipamentos de navegação (carta eletrônica, ecobatímetro) e de Comunicação (VHF, giroflex, sirene, megafone), teste das luzes de navegação e das luzes do painel, inspeção dos cabos de amarração, dos cabeços, do guarda-mancebo e dos demais aparelhos de atracação/fundeio;

3.1.1.3. Inspeção da bateria e de seu respectivo retificador;

3.1.1.4. Verificação do funcionamento das bombas de porão;

3.1.1.5. Inspeção geral do motor verificando: a existência de vazamentos em geral, o estado das velas e dos cabos de ignição, o funcionamento do sistema de refrigeração do motor, a lubrificação da caixa de engrenagens e o funcionamento dos sensores do motor;

3.1.1.6. Limpeza do hélice e do alojamento dele na rabeta;

3.1.1.7. A manutenção periódica de NÍVEL I será executada conforme cronograma a ser estabelecido pelo fiscal do contrato.

3.1.1.8. Os itens elencados acima estabelecem os parâmetros que deverão ser observados pela CONTRATADA, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

3.1.2. Manutenção preventiva NÍVEL II - prevista a cada 100 horas de funcionamento do(s) motor(es) de cada embarcação;

3.1.2.1. Limpeza dos carburadores, com troca de juntas e equalização dos carburadores;

3.1.2.2. Troca do óleo da rabeta;

3.1.2.3. Troca do rotor e da junta da bomba d'água;

3.1.2.4. Troca das velas de ignição;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

- 3.1.2.5. Troca dos filtros de combustível;
- 3.1.2.6. Engraxar o sistema do Trim e o pistão do volante;
- 3.1.2.7. Verificação do manete de comando, quanto ao funcionamento, configuração, sinais elétricos, estado dos cabos;
- 3.1.2.8. Inspeção do sistema de acionamento do Trim, inclusive funcionamento dos sensores;
- 3.1.2.9. Revisão das chaves e dos botões do painel/comando;
- 3.1.2.10. Verificação do sistema de direção;
- 3.1.2.11. A manutenção periódica de NÍVEL II será executada conforme cronograma a ser estabelecido pelo fiscal do contrato.
- 3.1.2.12. Os itens elencados acima estabelecem os parâmetros mínimos que deverão ser observados pela CONTRATADA, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

3.1.3 NÍVEL III - Manutenção Corretiva;

- 3.1.3.1. Troca do hélice;
- 3.1.3.2. Troca da bucha do hélice;
- 3.1.3.3. Troca do motor do Trim;
- 3.1.3.4. Reparo na rabeta com troca de juntas e engrenagens;
- 3.1.3.5. Troca das válvulas termostáticas;
- 3.1.3.6. Troca do cabo de engate;
- 3.1.3.7. Troca do cabo de aceleração;
- 3.1.3.8. Troca do cabo de direção;
- 3.1.3.9. Troca da caixa de direção;
- 3.1.3.10. Reparo ou substituição do pistão da direção, com substituição de juntas e retentores;
- 3.1.3.11. Troca do retificador da bateria;
- 3.1.3.12. Troca da chave da bateria;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

- 3.1.3.13.** Troca da bateria;
- 3.1.3.14.** Troca do sistema de alimentação de combustível;
- 3.1.3.15.** Limpeza do tanque de gasolina;
- 3.1.3.16.** Substituição dos relógios do motor;
- 3.1.3.17.** Reparo em casco de alumínio, bater rebite de embarcação tipo lancha de até 6 metros;
- 3.1.3.18.** Troca ou instalação do bujão do porão;
- 3.1.3.19.** Reparo ou substituição de targa de inox;
- 3.1.3.20.** Troca de amortecedor da tampa do porão com substituição das dobradiças;
- 3.1.3.21.** Confecção e instalação de jogo estrados de compensado naval de 15 mm com passadeira PVC para embarcação tipo lancha de alumínio com até 6m de comprimento;
- 3.1.3.22.** Confecção e instalação de piso de borracha ante derrapante verde floresta ou preto para embarcação tipo lancha de alumínio com até 6m de comprimento;
- 3.1.3.23.** Troca do giroflex;
- 3.1.3.24.** Reparo de capota marítima;
- 3.1.3.25.** Substituição de capota marítima;
- 3.1.3.26.** Troca do módulo do kit Rontan;
- 3.1.3.27.** Troca do rádio VHF;
- 3.1.3.28.** Troca da antena de rádio VHF;
- 3.1.3.29.** Troca do display do GPS/sonda;
- 3.1.3.30.** Troca do transdutor de sonda;
- 3.1.3.31.** Reparo ou instalação de câmaras de ar para os pneus da carreta rodoviária;
- 3.1.3.32.** Reforma de carreta de reboque incluindo: pintura, revisão elétrica, revisão de rolamentos e eixo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

Parágrafo Primeiro - Os itens elencados acima não são exaustivos, podendo, justificada e extraordinariamente, serem requisitados outros serviços/materiais, não previstos neste documento, e que se façam necessários ao pleno restabelecimento da embarcação.

Parágrafo Segundo – A Manutenção corretiva, que deverá ocorrer sempre com autorização do fiscal do contrato, consiste na recuperação, substituição de peças ou correção de defeitos que venham prejudicar o perfeito funcionamento da embarcação ou dos seus equipamentos.

3.1.4 NÍVEL IV – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL E REBOQUE 24h;

3.1.4.1 O serviço de assistência emergencial e reboque de embarcação será mensurado pela distância entre a base do GEPOM/DPF/CRA/MS dentro do Porto de Ladário situado no quilômetro 1514,5 da hidrovia do rio Paraguai e o local em que se encontrar a embarcação avariada.

3.1.4.2 A CONTRATADA deverá atender ao acionamento pela equipe do GEPOM/DPF/CRA/MS segundo os seguintes prazos:

3.1.4.2.1 Até 50 km de distância da base do GEPOM/DPF/CRA/MS, o prazo para atendimento é de 2 horas contadas do momento do acionamento;

3.1.4.2.2 Até 100 km de distância da base do GEPOM/DPF/CRA/MS, o prazo para atendimento é de 4 horas contadas do momento do acionamento;

3.1.4.2.3 Até 150 km de distância da base do GEPOM/DPF/CRA/MS, o prazo para atendimento é de 4 horas contadas do momento do acionamento;

3.1.4.2.4 Até 200 km de distância da base do GEPOM/DPF/CRA/MS, o prazo para atendimento é de 6 horas contadas do momento do acionamento;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

3.1.4.2.5 Até 300 km de distância da base do GEPOM/DPF/CRA/MS, o prazo para atendimento é de 8 horas contadas do momento do acionamento;

3.1.4.2.6 Até 400 km de distância da base do GEPOM/DPF/CRA/MS, o prazo para atendimento é de 12 horas contadas do momento do acionamento;

3.1.4.2.7 Acima de 400 km de distância da base do GEPOM/DPF/CRA/MS tanto por via aquática como terrestre, o prazo para atendimento é de 24 horas contadas do momento do acionamento;

3.1.4.3. A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multas previstas no edital, se os prazos previstos no item anterior não forem respeitados.

3.2. A relação de serviços e materiais constantes no subitem anterior não é exaustiva, cabendo à licitante, na formação dos preços para sua proposta, considerar outros, de caráter extraordinário, que venham a ser necessários para a restauração integral das embarcações.

3.3. Entendem-se como serviços extraordinários, aqueles relacionados com a manutenção de das embarcações em geral de difícil previsão e de ocorrência esporádica, não constante neste Termo de Referência.

3.4. Para os serviços e/ou aquisições extraordinários, que poderão ser terceirizados pela contratada, deverão ser apresentados três orçamentos prévios para aprovação do fiscal do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Os serviços previstos, corretivos, preventivos e estéticos, de mecânica, eletricidade, tapeçaria, pintura ou outros nas embarcações da DPF/CRA/MS, deverão ser executados com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental adequados, e a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

licitante obriga-se a devolvê-los em perfeitas condições de funcionamento, devendo a CONTRATADA observar, ainda, as seguintes condições:

4.1.1. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços;

4.1.2. Realizar os serviços de inspeção de qualidade das peças a serem fornecidas e nos serviços a serem executados.

4.1.3. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para a DPF/CRA/MS, todos os aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc, necessários para a completa realização dos serviços.

4.1.4. Concluir os serviços contratados nos prazos estipulados neste Termo de Referência e/ou na respectiva ordem de serviço, reportando ao fiscal do contrato, para anuência, quaisquer motivos que impeçam o cumprimento deste prazo.

4.2. Quanto à responsabilidade e garantia dos serviços realizados observar-se-á o seguinte:

4.2.1. A garantia dos serviços executados por um período mínimo de 06 (seis) meses para serviços e peças utilizadas a partir da emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s), sendo a garantia extensiva ao que terminar por último;

4.2.2. Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a DPF/CRA/MS;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

4.2.3. A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se a embarcação tiver que ser reparada mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

4.2.4. A CONTRATADA deverá Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa sua, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título.

4.2.5. A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, à União ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

4.2.6. A CONTRATADA é responsável integralmente pelas embarcações recebidas da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nelas contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possível empresa SUBCONTRATADA ou terceiros, desde o momento do recebimento para orçamento até a entrega do bem.

4.3. Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

4.3.1. Os serviços contratados serão fiscalizados pela DPF/CRA/MS, que emitirá a ordem de serviço, verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços executados, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93, atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.3.2. Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

4.3.3. Deverá ser designado um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATADA.

4.3.4. Será iniciada, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

4.3.5. Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

4.3.6. Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

4.3.7. O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá iniciado processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescisão do contrato firmado.

4.4. Peças utilizadas:

4.4.1. Deverão ser usadas somente peças, materiais e acessórios novos.

4.4.2. Sempre que solicitado, a contratada deverá comprovar a origem das peças e componentes utilizados na realização dos serviços contratados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

4.5. Terceirização de serviços.

4.5.1. A empresa poderá terceirizar serviços, atendidas as exigências deste Edital, responsabilizando-se pela segurança e integridade do bem contra danos materiais, furto, roubo, incêndio, intempéries da natureza de qualquer espécie, independente da inexistência de culpa ou dolo, que venha a atingir o patrimônio da União de forma parcial ou total, **não transferindo a responsabilidade à empresa SUB-CONTRATADA.**

4.5.2. Em havendo subcontratação a empresa deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, condição indispensável, documento relacionando o(s) nome(s) da(s) subcontratada(s), CNPJ, endereço completo, nome do responsável e respectivas declarações de que prestará os serviços nas embarcações do Departamento de Polícia Federal a mando e responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer tipo de vínculo com a União.

4.5.3. O fiscal do contrato deverá ter livre acesso às empresas subcontratadas responsáveis pela execução de serviços terceirizados pela CONTRATADA para acompanhamento, esclarecimentos e fiscalização dos serviços, instalações, ferramental e capacidade técnica, bem como, a compatibilidade com as exigências deste Edital.

4.6. Testes das embarcações:

4.6.1. Os deslocamentos para testes das embarcações realizado em logradouro público pela empresa CONTRATADA, somente poderá ocorrer com autorização da DPF/CRA/MS.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Solicitar a execução de serviços através de formulário próprio, expedido pelo Fiscal do Contrato;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

- 5.2. Exercer a fiscalização dos serviços executados por meio de servidor designado pela SR/DPF/MS e lotado na DPF/CRA/MS, o qual deverá anotar em livro próprio todas as ocorrências com o fornecimento de peças ou serviços realizados, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou falhas observadas;
- 5.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 5.4. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 5.6. Rejeitar no todo ou em parte os serviços ou materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 5.6. Aplicar as sanções administrativas que se fizerem necessárias.
- 5.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- 5.8. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

6. VALORES DE REFERÊNCIA

6.1. Os valores de referência apurados pela administração, conforme orçamentos e documentação anexada ao processo, e que serão os máximos admitidos em licitação, são de **R\$ 44.147,50** (quarenta e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para **serviços**, e **R\$ 60.242,00** (sessenta mil, duzentos e quarenta e dois reais) para **materiais**.

6.2 A apresentação da proposta de preços no certame, deverá estar acompanhada de planilha de composição de custos unitários e totais, conforme Anexo II-a.

6.2.1 Os valores unitários de referência apurados, e que serão máximos admitidos em licitação, são os seguintes:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

item	Descrição	SERVIÇOS	MATERIAIS
		Valor unitário R\$	Valor unitário R\$
	Manutenção NIVEL I – preventiva periódica		
1	Manutenção Preventiva NIVEL I	113,00	
	Manutenção NIVEL II – preventiva periódica		
2	Manutenção Preventiva NIVEL II - NETUNO 6M Alumínio – 90HP-Yamaha	1.106,50	546,00
3	Manutenção Preventiva NIVEL II -TUCUNA 6M Alumínio – 150HP-Yamaha	1.255,00	636,50
4	Manutenção Preventiva NIVEL II -GAIVOTA-MARAJÓ 19 150HP-Yamaha	1.255,00	636,50
5	Manutenção Preventiva NIVEL II - PARANAGUA-FLEX 500 1X150HP-Yamaha	1.317,50	651,50
6	Manutenção Preventiva NIVEL II - CHACARA-FLEX 760M 2X200HP-Yamaha	1.560,00	813,00
	Manutenção NIVEL III - Corretiva		
7	Troca do hélice	55,00	540,00
8	Troca da bucha do hélice	65,00	328,00
9	Troca do motor do Trim	275,00	2.900,00
10	Reparo na rabeta com troca de juntas e engrenagens	315,00	5.765,00
11	Troca das válvulas termostáticas	169,50	769,50
12	Troca do cabo de engate	155,00	498,00
13	Troca do cabo de aceleração	155,00	493,00
14	Troca do cabo de direção	235,00	504,00
15	Troca da caixa de direção	285,00	650,00
16	Reparo ou substituição do pistão da direção, com substituição de juntas e retentores	1.527,50	3.922,50
17	Troca do retificador da bateria	200,00	1.865,00
18	Troca da chave da bateria	80,00	312,50
19	Troca da bateria	65,00	565,00
20	Troca do sistema de alimentação de combustível	115,00	320,00



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

21	Limpeza do tanque de gasolina	200,00	250,00
22	Substituição dos relógios do motor	400,00	3.061,50
23	Reparo em casco de alumínio, bater rebite de embarcação tipo lancha de até 6 metros	700,00	800,00
24	Troca ou instalação do bujão do porão	35,00	150,00
25	Reparo ou substituição de targa de inox	1.225,00	2.350,00
26	Troca de amortecedor da tampa do porão com substituição das dobradiças	85,00	180,00
27	Confecção e instalação de jogo estrados de compensado naval de 15 mm com passadeira PVC para embarcação tipo lancha de alumínio com até 6m de comprimento	220,00	1.550,00
28	Confecção e instalação de piso de borracha ante derrapante verde floresta ou preto para embarcação tipo lancha de alumínio com até 6m de comprimento	225,00	690,00
29	Troca do giroflex	190,00	720,00
30	Reparo de capota marítima	162,50	467,50
31	Substituição de capota marítima	225,00	825,00
32	Troca do módulo do kit Rontan	535,00	2.775,00
33	Troca do rádio VHF	545,00	1.465,00
34	Troca da antena de rádio VHF	105,00	432,50
35	Troca do display do GPS/sonda	1.014,00	1.749,50
36	Troca do transdutor de sonda	150,00	1.150,00
37	Reparo ou instalação de câmaras de ar para os pneus da carreta rodoviária	30,00	60,00
38	Reforma de carreta de reboque incluindo: pintura, revisão elétrica, revisão de rolamentos e eixo.	1.330,00	850,00
39	Outras peças/materiais diversos imprevisíveis para manutenções corretivas ou preventivas		1.500,00
NÍVEL IV – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL E REBOQUE*			
40	Até 50 km de distância	9,50	
41	Até 100 km de distância	12,00	
42	Até 150 km de distância	11,50	
43	Até 200 km de distância	12,00	

lan 0



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

44	Até 300 km de distância	12,00	
45	Até 400 km de distância	12,00	
46	Acima de 400 km de distância	14,00	

*valores unitários aferidos por quilômetro de distância entre a embarcação avariada e a base do GEPOM/DPF/CRA/MS.

6.3 Os valores unitários apresentados, na forma do Anexo II-a, serão os praticados na vigência da execução contratual, e somente serão reajustados nos termos da lei 8.666/93.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 A formulação e apresentação da proposta de preços será estabelecida no edital, e deverá considerar 2 (dois) itens, a saber:

- Item 1 – Serviços / Unidade: Mês / Quantidade – 12
- Item 2 – material / Unidade: Mês / Quantidade – 12

8. DO CONTRATO

8.1. A DPF/CRA/MS convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio da Nota de Empenho.

8.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração; a omissão da licitante vencedora caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, com aplicação de sanções e penalidades cabíveis.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

9.2 O disposto neste documento aplicar-se-á também, desde que haja compatibilidade com a frota atual, às novas embarcações que venham a integrar o patrimônio da DPF/CRA/MS, por incorporação ou autorização de uso.

9.3. Os serviços deverão ser executados após autorização formal do fiscal do contrato, por ordem de serviço ou outro documento hábil.

9.4. A relação de peças a serem fornecidas, com seus respectivos custos, deverá ser submetida à aprovação do fiscal do contrato, que poderá realizar pesquisa de preços de mercado visando avaliar a compatibilidade dos valores.

9.5. Os pagamentos pelos fornecimentos serão efetuados conforme estabelecido no edital.

9.6. A licitante interessada na prestação dos serviços objeto deste documento deverá possuir domicílio, incluindo todo ferramental, estrutura de serviços e infraestrutura necessários a sua execução, na cidade de Corumbá/MS.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

CORUMBÁ/MS, abril de 2015

Agente de Polícia Federal
Danilo Batocchio Pinto Flausino
Matrícula n.º 18.828

DESPACHO

Concordo com o Termo de Referência apresentado

DPF SERGIO LUIS MACEDO

Matrícula 2896

Chefe da DPF/CRA/MS

DESPACHO

Aprovo o presente Termo de Referência

Superintendente Regional